

especial revisão da PAC

Portugal contra novas regras do desenvolvimento rural

Portugal promete votar contra as novas regras de financiamento do desenvolvimento rural que são hoje propostas pelas CE no âmbito de nova mini-reforma da Política Agrícola Comum (PAC). Lisboa diz que são contrárias ao princípio da coesão

Eva Gaspar
egaspar@mediainfinito.pt
Filipe Paiva Cardoso
filipecardoso@mediainfinito.pt



A criação do co-financiamento num sistema de gestão de riscos, e a introdução do artigo 68º, que abre a possibilidade de cada Estado-membro utilizar uma percentagem, até 10%, das verbas do primeiro pilar para programas específicos a cada país recuperando assim alguma "margem de manobra" interna, são algumas das alterações à Política Agrícola Comum (PAC) que a Comissão Europeia (CE) vai hoje propor em Bruxelas. Além destas, destaque para a "morte" do fundo europeu de redistribuição de verbas para desenvolvimento rural.

Portugal e a generalidade dos países mais desfavorecidos da União Europeia (UE) preparam-se para um novo braço-de-ferro em Bruxelas a propósito destas alterações à PAC, a mais cara das políticas comunitárias que continua a absorver mais de 40% do Orçamento europeu. Portugal contesta que Bruxelas não tenha ido mais longe no desligamento das ajudas directas e critica ferozmente a proposta de acabar com o fundo europeu de redistribuição, considerando que se está a atacar o princípio da coesão. "É um precedente grave porque pela primeira vez se reforçam verbas do desenvolvimento rural com critérios que não têm a ver com os princípios subjacentes à política estrutural da UE", argumentou ontem Jaime Silva, citado pela Lusa, à entrada para

BLOCO DE NOTAS

- **Fundo de redistribuição de verbas** Até agora 20% das verbas a redistribuir iam para fundo comum. Agora 100% destas serão usadas pelo próprio Estado.
- **Quotas do Leite** Abolição progressiva.
- **Gestão de riscos** Co-financiamento comunitário até 40%. Até hoje esta proteção anti-catastrofes era financiada a 100% com dinheiro do próprio país.
- **Artigo 68º** Cada país poderá usar uma percentagem do pilar 1 para programas específicos.
- **Limites mínimos** CE retira apoios a agricultores com 1 hectare ou menos.

lo que restituí en quanto modulação obrigatória –, a Comissão defende que os montantes resultantes da modulação passem a ficar integralmente no Estado-membro que os gerou, quando até ao momento ficavam em 80%, seguindo os restantes 20% para o fundo. "A CE vem agora subverter esse princípio, um princípio que vem desde a adesão e que esteve subjacente a todas as reformas", protestou o ministro, apontando que, "pela primeira vez, a Comissão altera as regras do jogo, favorecendo dois ou três Estados-membros".

A proposta da CE traz ainda novidades ao nível do desligamento dos apoios, ainda que não acabe com as "ajudas para não produzir", dando também o "tiro de partida" para o desmantelamento de mecanismos de mercado – restituições à exportação, por exemplo. A alteração dos critérios de atribuição de ajudas é outra das revisões propostas.

Este "health check" surge num contexto de alta de preços agrícolas, o que, para o Reino Unido dá força aos argumentos pró-liberalização. Já a França – país que mais beneficia da PAC e que vai assumir a presidência da UE e, logo, mediar um acordo sobre a reforma – considera que a alta de preços decorre de uma escassez de produção que deve ser incentivada com fundos públicos, para além de justificar a abolição da regra que impunha um pousio obrigatório de 10% das terras aráveis.

Cereais já têm apoios recorde



Jaime Silva
Ministro da Agricultura

→ Jaime Silva garantiu ontem que os cereais são já actualmente o sector mais apoiado em Portugal, e que não há motivos para que o sejam ainda mais. O ministro respondia assim às críticas da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), que acusou o Governo de ter retirado os cereais dos produtos estratégicos que serão prioritariamente apoiados no programa de desenvolvimento rural que agora arrancou, à margem do QREN. "Em termos de apoios aos investimento, um agricultor pode ter entre 40 a 50% de subsídios a fundo perdido" e ainda uma ajuda equivalente a 63 euros por hectare, sem obrigação de produzir, apontou o ministro, reforçando que "não há nenhum sector em Portugal com estes níveis de ajudas". Jaime Silva acusou ainda a CAP de "atirar poeira para a opinião pública".

Acordo na OMC é essencial



Peter Mandelson
Comissário europeu do Comércio

→ A proposta de reforma da Política Agrícola Comum surge num momento-chave da conjuntura mundial, na sequência da escalada dos preços dos produtos agrícolas negociados nos mercados financeiros. Peter Mandelson, comissário europeu do Comércio afirmou ontem, à Bloomberg, que um acordo no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) para a remoção das barreiras às trocas internacionais é "absolutamente essencial" para garantir a descida dos preços dos bens alimentares. As negociações da Ronda de Doha – que incidem, sobretudo, sobre a redução dos subsídios à agricultura e a remoção das barreiras alfandegárias nos produtos agrícolas e industriais –, arrastam-se, sem sucesso, há mais de seis anos.